

RBC nº 200**Exame de Suficiência: percepção de docentes dos cursos de Ciências Contábeis das faculdades de Mato Grosso do Sul**

(Cleston Alexandre dos Santos, Jorge de Souza Pinto, Marcelo Lemos Gonçalves, Renata dos Santos Nunes)

A classe contábil possui um papel fundamental no crescimento econômico-social do Brasil, fornecendo aos mais diversos usuários informações relevantes sobre o patrimônio das entidades. Em busca de aumentar a credibilidade da profissão, o CFC implantou o Exame de Suficiência para o registro profissional. O objetivo deste trabalho é evidenciar a percepção dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis das Faculdades de Mato Grosso do Sul quanto ao Exame. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo, ex post facto, em condições de campo, transversal, utilizando-se de coleta de dados com questionário previamente formulado, respondido por 36 docentes que constituem a amostra do estudo. Como resultados obtidos, verificou-se que uma considerável parcela dos docentes acham o Exame necessário e que deve ser obrigatório, servindo como instrumento para mensurar os conhecimentos adquiridos na IES. Constatou-se também que a maioria dos entrevistados acham importante a discussão em reunião de curso sobre as formas pedagógicas de manter bons resultados no Exame de Suficiência pelos acadêmicos e também estão dispostos a tomar medidas para melhorar o desempenho dos discentes em exames futuros, mas apenas 47,22% dos entrevistados relataram que há discussões em reuniões de curso sobre o tema.

A Contabilidade Ambiental como garantia de responsabilidade ambiental: o caso do passivo ambiental

(Solange Rodrigues dos Santos-Corrêa, Rodrigo dos Santos Mota, Lino Arnulfo Vieira Cintra, Danilo Moreira Jabur, Katianny Santana Gomes Estival)

A Ciência Contábil, assim como as demais ciências, tem a função de empreender esforços em favor do meio ambiente, evidenciando em seus relatórios a poluição, as agressões à natureza e, por conseguinte, defenderá a vida humana. A Contabilidade é uma ciência social aplicada e tem como objeto de estudo o patrimônio de qualquer entidade. As entidades se compõem de bens e pessoas, sendo um sistema social. A exploração desordenada dos recursos naturais do planeta tem suas origens nas ações empresariais, as quais se voltavam sempre para o lucro financeiro. A Contabilidade é a ciência que trabalha com os cálculos e registros dos patrimônios organizacionais, assumindo na atualidade a função de identificar as relações que se estreitam com os assuntos ambientais, envolvendo aspectos econômico-financeiros das entidades. No presente artigo, tem-se como objetivo analisar o papel da contabilidade ambiental na evidenciação da responsabilidade ambiental-empresarial das organizações. Esse estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica. A sustentabilidade ambiental é uma exigência da sociedade. Assim, espera-se que mais pesquisas sejam realizadas para desenvolver métodos para melhor evidenciar as relações da empresa com o meio ambiente e a sociedade. Nesse contexto, a contabilidade, enquanto método sistemático de cálculos e demonstrações financeiras, não poderia restringir-se a mensurar quantitativamente somente os lucros e o patrimônio da empresa, devendo demonstrar de maneira clara as informações relativas ao meio ambiente.

Demonstrações contábeis para Pequenas e Médias Empresas (PMES) elaboradas a partir da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais

(Francisco Felipe da Silva, Prof. Msc. Paulo de Tarso da Silva)

A globalização e a expansão dos mercados de capitais têm demandado das empresas uma maior confiabilidade e comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Nessa conjuntura, a solução encontrada por diversos países, inclusive o Brasil, foi a convergência das normas contábeis nacionais para um padrão internacional fundamentado em princípios, chamado de Normas Internacionais de Contabilidade, ou IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Dessa forma, isso significa que, desde 2010, as empresas brasileiras, incluídas as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), devem seguir a tendência global e elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nesse contexto, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, como devem ser preparadas as demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas brasileiras em conformidade com o padrão IFRS. Os resultados encontrados apontam para um conjunto completo de demonstrações contábeis que representem para fins gerais, de forma apropriada e confiável, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e que sejam dirigidas para uma vasta gama de usuários externos à entidade.

Aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRCs à NC T 15 em 2009

(Camila Cristine da Silva Alves, Luiz Felipe Ferreira (orientador), Barbara de Lima Voss)

O presente trabalho tem como problemática de investigação verificar como está caracterizada a aderência das informações socioambientais contidas nos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRCs aos requisitos definidos na NBC T 15. Como objetivo, este artigo identifica o nível de aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRCs quanto à aplicação da NBC T 15 para o ano de 2009. A metodologia da pesquisa é classificada em documental, descritiva e qualitativa. São identificados quais os Conselhos que publicaram o balanço social no ano de 2009, em seus sites oficiais. Dos 28 Conselhos, 10 publicaram o balanço, um confirmou a não publicação e os demais não responderam ao contato. A partir da amostra, é realizada a pesquisa documental, a fim de verificar a adequabilidade das informações contidas nos balanços sociais à norma NBC T 15. A categorização da qualidade das informações é obtida seguindo pontuação adaptada de Beuren et al. (2010). Observa-se que o Conselho Federal de Contabilidade é o que melhor atende à norma. As informações relacionadas à interação da entidade e ao meio ambiente são as de menor evidência; nenhum dos Conselhos atingiu a classificação ótima de aderência à norma; e na visão do Sistema como um todo, o nível de aderência à norma é regular, o que significa que as informações apresentadas atendem de forma mediana ao que propõe a norma.

Custeio Baseado em Atividades: aplicação em uma empresa prestadora de serviços contábeis na cidade de Marau (RS)

(João Rafael Alberton, Luciane Donzelli, Carlos Alberto Diehl, Luiz Henrique Figueira Marquezan)

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou avaliar a lucratividade da Empresa Econt, situada no Município de Marau (RS), por meio da aplicação do método de Custeio Baseado em Atividades (ABC), nos clientes tributados pelo lucro real. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva que utilizou a observação e a análise documental para coleta de informações no período de janeiro a setembro de 2011. Constatou-se que a empresa não realizava apuração da lucratividade de maneira individualizada por cliente devido ao fato de não possuir um sistema de custo que permitisse esta individualização. A aplicação do Custeio Baseado em Atividades possibilitou identificar as atividades desenvolvidas para cada cliente, proveniente dos departamentos: fiscal, contabilidade, recursos humanos e administrativo. Com isso, os direcionadores de recursos e custos auxiliaram na identificação dos recursos consumidos para cada cliente, ponderados pelo tempo demandado em cada atividade. Constatou-se que os clientes do segmento das empresas tributadas pelo Lucro Real apresentaram resultados negativos para a Econt, contrastando com seu resultado global. A implantação do ABC na empresa configurou-se em importante fonte de informação, visando à melhora na gestão da empresa.

Contabilidade pública brasileira: a convergência com os padrões contábeis internacionais no setor público

(Elton de Barros Klein, Ângela Rozane Leal de Souza)

A Contabilidade aplicada ao setor público brasileiro estabeleceu um processo de convergência com as normas internacionais a partir da publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, com entrada em vigor no ano de 2012. Tais normas vêm para adequar a Lei Federal n.º 4.320/64 e a Lei Complementar n.º 101/00 - LRF, sob a luz dos Princípios de Contabilidade, interpretados sob a perspectiva do setor público brasileiro. Nesse cenário, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que objetiva identificar as bases normativas atuais e os desafios para a contabilidade pública brasileira no processo de convergência com as normas internacionais. Justifica-se sua realização pela necessidade do Poder Público de aplicar, no ano calendário em curso, as normativas relativas às NBC T 16, com vistas à eficiência da gestão e à evidência pública.